



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
3º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 01/2016

DECISÃO

O edital nº. 01/2016 do 3º JECRIM foi publicado nos termos do art. 1º, § 1º e art. 2º do Provimento 10/2012 da CGJ/MA e do art. 2º, § 3º da Resolução nº. 154/2012 do CNJ.

No prazo fixado pelo aludido edital foram recebidas 11 (onze) propostas de projetos sociais para a destinação dos recursos financeiros arrecadados com as prestações pecuniárias.

Após a avaliação do serviço social, deste Juizado, das propostas apresentadas, os presentes autos foram encaminhados ao Ministério Público, o qual já se manifestou no processo administrativo em epígrafe.

A análise precisa e detida das propostas foi feita com base no art. 2º, § 1º e seus incisos da Resolução nº. 154/2012 do CNJ e no art. 2º, § 2º Provimento 10/2012 da CGJ/MA, bem como em consonância com o parecer do ilustre representante do *Parquet*.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
3º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

Pois bem.

O repasse dos valores depositados provenientes das transações penais homologadas, neste Juizado, deverá ser destinado de forma **INTEGRAL** às entidades abaixo, as quais tiveram os seus projetos aprovados integralmente:

1)CENTRO DE ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA E INTEGRAÇÃO SOCIAL/CRECHE ESCOLA COMUNITÁRIA MADALENA SILVEIRA no valor de R\$ 7.577,60 (sete mil quinhentos e setenta e sete reais e sessenta centavos);

2)ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DA VILA SÃO LUÍS ESCOLA COMUNITÁRIA AMIGUINHOS DE JESUS no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais);

3)COMUNIDADE TERAPÊUTICA DO MARANHÃO no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais);

4)CRECHE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais);

5)INSTITUTO EDUCACIONAL DAYSE DANIELE no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
3º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

De forma **PARCIAL** o repasse deve ser feito à seguinte entidade, a qual teve o seu projeto aprovado parcialmente:

1)UNIÃO DE MORADORES DA VILA DOS FRADES no valor de R\$ 4.720,06 (quatro mil setecentos e vinte reais e seis centavos.

No que tange as instituições ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MORIÁ, ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO TRAVESSA SENHOR DO BONFIM, CENTRO SOCIAL BENEFICENTE EBENÉZER, INSTITUTO BENEFICENTE BOAS NOVAS DO BAIRRO PRIMAVERA e INSTITUTO DE FORMAÇÃO ÁGAPE, em conformidade com o parecer ministerial, **decido pelo indeferimento dos seus projetos.**

Ante o exposto, decido pelo:

1)DEFERIMENTO dos projetos das entidades CENTRO DE ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA E INTEGRAÇÃO SOCIAL/CRECHE ESCOLA COMUNITÁRIA MADALENA SILVEIRA, ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DA VILA SÃO LUÍS ESCOLA COMUNITÁRIA AMIGUINHOS DE JESUS, COMUNIDADE TERAPÊUTICA DO MARANHÃO, CRECHE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, INSTITUTO EDUCACIONAL DAYSE DANIELE, celebrando-se com elas o convênio de que trata a Resolução nº. 154/2012 do CNJ e o Provimento nº 10/2012 da CGJ/MA;



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
3º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

2)DEFERIMENTO PARCIAL do projeto da entidade UNIÃO DE MORADORES DA VILA DOS FRADES;

3)INDEFERIMENTO dos projetos da entidades ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MORIÁ, ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO TRAVESSA SENHOR DO BONFIM, CENTRO SOCIAL BENEFICENTE EBENÉZER, INSTITUTO BENEFICENTE BOAS NOVAS DO BAIRRO PRIMAVERA e INSTITUTO DE FORMAÇÃO ÁGAPE.

Remeta-se cópia da presente de decisão à Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão para que seja feita a sua devida publicação.

Notifique-se as entidades beneficiadas para a efetivação do repasse dos valores, cientificando-as, por meio de seus representantes legais do teor da presente decisão e de que a prestação de contas deverá ser realizada em 60 (sessenta) dias a contar do procedimento de levantamento dos valores. Na oportunidade, devem ser encaminhadas cópias da Resolução nº. 154/2012 do CNJ e do Provimento nº 10/2012 da CGJ/MA às entidades.

Recebidas as prestações de contas, estas devem ser encaminhadas ao serviço social, deste Juizado, e ao Ministério Público.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
3º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

Cumpridas todas as determinações supra este juízo apreciará as contas apresentadas e encaminhará o resultado à Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão.

Cumpra-se.

São Luís, 07 de novembro de 2016.


ALEXANDRA FERRAZ LOPEZ

Juíza de Direito respondendo pelo 3º JECRIM